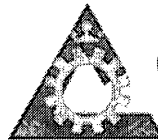


Procuradoria
Geral do Município



CATAGUASES
PREFEITURA

PARECER JURÍDICO Nº 048/2026

Recebido em
29/08/26
Em 13:00h

EMENTA: DIREITO ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. LEI Nº 14.133/2021. PROCESSO LICITATÓRIO Nº 007/2026. PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS. FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS "A A Z". MEDICAMENTOS DE REFERÊNCIA (ÉTICOS E BIOLÓGICOS), GENÉRICOS E SIMILARES. TABELA CMED/ANVISA (PMVG). CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MAIOR DESCONTO POR ITEM. SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE. REGULARIDADE DA FASE PREPARATÓRIA. ANÁLISE DO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR, DO TERMO DE REFERÊNCIA, DAS DEMANDAS E DA MINUTA DO EDITAL. LEGALIDADE DA ABERTURA DO CERTAME.

1. RELATÓRIO

Trata-se de consulta formulada pelo Setor de Licitações da Secretaria Municipal da Fazenda – SEFAZ, por meio do **Memorando nº 043/2026**, na qual solicita parecer jurídico quanto à análise de **abertura de processo licitatório nº 007/2026**, na modalidade de **Pregão Eletrônico**, utilizando o **Sistema de Registro de Preços (SRP)**, com critério de julgamento de **maior desconto por item**.

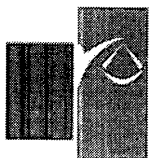
O objeto do certame licitatório trata-se de registro preços para futura e eventual contratação de empresa especializada em fornecimento de medicamentos de A à Z, classificados como referência (éticos e biológicos), genéricos e similares, contidos na tabela CMED/ANVISA para atender às demandas da Secretaria Municipal de Saúde de Cataguases-MG.

O valor global estimado é de R\$390.000,00 (trezentos e noventa mil reais).

Instrui o feito o Edital do Pregão Eletrônico, o Estudo Técnico Preliminar (ETP), as solicitações de demandas, o Termo de Referência, o Relatório de Cotação, bem como as minutas da Ata de Registro de Preços e do Contrato.

É o relatório. Passa-se à análise.

[Assinatura]



2. FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA

À guisa de introdução, preleciona a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 37, XXI, que impõe aos órgãos públicos, em razão de sua incumbência de bem gerenciar o erário, que realizem licitações para contratações de obras, aquisições, prestações de serviços e alienações a particulares, *in verbis*:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

(...) XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

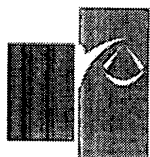
Da interpretação da Lei nº 14.133/2021, infere-se que o procedimento licitatório visa garantir não apenas a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, mas sim, visa assegurar o princípio constitucional da isonomia entre os potenciais prestadores do serviço ou fornecedores do objeto pretendido.

De acordo com o artigo 17 da nova legislação, o processo de licitação observará as seguintes fases, em sequência: (I) preparatória; (II) de divulgação do edital de licitação; (III) de apresentação de propostas e lances, quando for o caso; (IV) de julgamento; (V) de habilitação; (VI) recursal; (VII) de homologação.

Para o devido controle prévio da legalidade, define o artigo 18 da Lei nº 14.133/2021 todos os elementos que devem ser compreendidos nos autos do processo de contratação pública, que assim dispõe:

Art. 18. A fase preparatória do processo licitatório é caracterizada pelo planejamento e deve compatibilizar-se com o plano de contratações anual de que trata o inciso VII do caput do art. 12 desta Lei, sempre que elaborado, e com as leis orçamentárias, bem como abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação, compreendidos:

I - a descrição da necessidade da contratação fundamentada em estudo técnico preliminar que



caracterize o interesse público envolvido;

II - a definição do objeto para o atendimento da necessidade, por meio de termo de referência, anteprojeto, projeto básico ou projeto executivo, conforme o caso;

III - a definição das condições de execução e pagamento, das garantias exigidas e ofertadas e das condições de recebimento;

IV - o orçamento estimado, com as composições dos preços utilizados para sua formação;

V - a elaboração do edital de licitação;

VI - a elaboração de minuta de contrato, quando necessária, que constará obrigatoriamente como anexo do edital de licitação;

VII - o regime de fornecimento de bens, de prestação de serviços ou de execução de obras e serviços de engenharia, observados os potenciais de economia de escala;

VIII - a modalidade de licitação, o critério de julgamento, o modo de disputa e a adequação e eficiência da forma de combinação desses parâmetros, para os fins de seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, considerado todo o ciclo de vida do objeto;

IX - a motivação circunstanciada das condições do edital, tais como justificativa de exigências de qualificação técnica, mediante indicação das parcelas de maior relevância técnica ou valor significativo do objeto, e de qualificação econômico-financeira, justificativa dos critérios de pontuação e julgamento das propostas técnicas, nas licitações com julgamento por melhor técnica ou técnica e preço, e justificativa das regras pertinentes à participação de empresas em consórcio;

X - a análise dos riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual;

XI - a motivação sobre o momento da divulgação do orçamento da licitação, observado o art. 24 desta Lei.

A contratação pretendida visa assegurar o abastecimento contínuo de medicamentos essenciais, tratando-se de serviço público de natureza essencial, razão pela qual mostra-se juridicamente adequada e necessária a deflagração do certame licitatório. A seguir, passa-se a análise dos documentos principais:

2.1 DA PESQUISA DE PREÇOS

A pesquisa de preços atende ao disposto no artigo 23 da Lei nº 14.133/2021, permitindo a adequada estimativa do custo da contratação e servindo de parâmetro para análise da vantajosidade das propostas.

J
R



A vinculação dos preços à tabela CMED/ANVISA (PMVG) constitui prática consolidada e juridicamente adequada, garantindo objetividade, transparência e controle, em observância ao princípio da economicidade.

O critério de julgamento pelo maior desconto por item, incidente sobre os valores da tabela CMED/ANVISA, encontra respaldo nos artigos 33 e 34 da Lei nº 14.133/2021, sendo especialmente apropriado para contratações que envolvem grande diversidade de itens.

Registre-se que a adoção desse critério não afasta a responsabilidade da Administração quanto à verificação da vantajosidade da contratação e da regularidade dos valores praticados durante a execução contratual, atribuição esta dos gestores e fiscais do contrato.

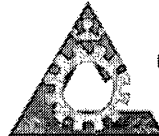
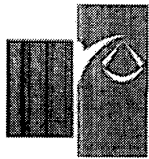
2.2 DO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP

O Estudo Técnico Preliminar, elaborado nos termos do art. 18, §1º, da Lei nº 14.133/2021, demonstra de forma clara e fundamentada a necessidade da contratação, diante da demanda permanente da rede municipal de saúde, inclusive para atendimento de ordens judiciais, a análise das soluções disponíveis no mercado, a justificativa técnica para adoção do modelo de fornecimento de medicamentos “A a Z”, a adequação do Pregão Eletrônico aliado ao Sistema de Registro de Preços e a vantajosidade econômica da contratação baseada em percentual de desconto sobre a tabela CMED/ANVISA.

A adoção do modelo de fornecimento de medicamentos denominado “A a Z” revela-se juridicamente justificável diante da essencialidade do serviço público de saúde, da imprevisibilidade das demandas e da necessidade de continuidade do atendimento à população, não configurando, por si só, restrição indevida à competitividade.

2.3 TERMO DE REFERÊNCIA

O Termo de Referência, elaborado em conformidade com o art. 6º, inciso XXIII, da Lei nº 14.133/2021, apresenta definição clara, precisa e suficiente do objeto, contendo, dentre outros pontos, a descrição detalhada do fornecimento de medicamentos de referência, genéricos e similares, as exigências técnicas e



sanitárias compatíveis com a legislação da ANVISA (AFE, AE, licença sanitária, rastreabilidade), as condições de entrega, prazos, validade mínima dos medicamentos e responsabilidades da contratada e os critérios de aceitação, fiscalização e sanções administrativas.

As solicitações de demandas da Secretaria Municipal de Saúde, anexadas ao Termo de Referência, encontram-se devidamente justificadas, demonstrando o interesse público e a necessidade administrativa da contratação.

Não se identificam exigências restritivas indevidas ou cláusulas que comprometam a competitividade do certame.

2.4 MINUTA DO EDITAL

Os itens da minuta do Edital estão definidos de forma clara e em observância ao que preceitua o artigo 25 da Lei nº 14.133/2021. Após análise do termo apresentado, constatou-se que a minuta do edital foi elaborada em consonância com os ditames legais, destacando, em síntese, a clareza e objetividade do objeto da licitação, dotação orçamentária, a previsão de requisitos pertinentes ao objeto do certame como condição de habilitação, fixação de critério objetivo para julgamento das propostas, prazos legais respeitados para impugnação ao edital, abertura das propostas, julgamento de recursos e adjudicação e homologação do certame.

Ressalte-se que a divulgação do edital e de seus anexos deverá ocorrer no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, bem como, quando exigido por legislação ou regulamento municipal, em jornal de grande circulação, nos termos do artigo 54 da Lei nº 14.133/2021.

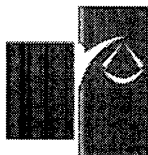
2.5 MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Conforme o artigo 82 da referida legislação, o edital de licitação para registro de preços observará as regras gerais a seguir declinadas.

Art. 82. O edital de licitação para registro de preços observará as regras gerais desta Lei e deverá dispor sobre:

I - as especificidades da licitação e de seu objeto, inclusive a quantidade máxima de cada item que

Uk



poderá ser adquirida;

II - a quantidade mínima a ser cotada de unidades de bens ou, no caso de serviços, de unidades de medida;

III - a possibilidade de prever preços diferentes:

a) quando o objeto for realizado ou entregue em locais diferentes;

b) em razão da forma e do local de acondicionamento;

c) quando admitida cotação variável em razão do tamanho do lote;

d) por outros motivos justificados no processo;

IV - a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital, obrigando-se nos limites dela;

V - o critério de julgamento da licitação, que será o de menor preço ou o de maior desconto sobre tabela de preços praticada no mercado;

VI - as condições para alteração de preços registrados;

VII - o registro de mais de um fornecedor ou prestador de serviço, desde que aceitem cotar o objeto em preço igual ao do licitante vencedor, assegurada a preferência de contratação de acordo com a ordem de classificação;

VIII - a vedação à participação do órgão ou entidade em mais de uma ata de registro de preços com o mesmo objeto no prazo de validade daquela de que já tiver participado, salvo na ocorrência de ata que tenha registrado quantitativo inferior ao máximo previsto no edital;

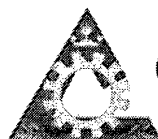
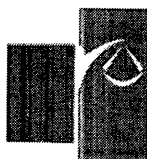
IX - as hipóteses de cancelamento da ata de registro de preços e suas consequências.

Quanto à minuta em questão, nota-se que a mesma contempla, dentre outras, as cláusulas necessárias previstas no dispositivo acima destacado, atendendo, portanto, aos requisitos legais mínimos exigidos, não sendo necessária nenhuma correção.

2.6 MINUTA DO CONTRATO

A minuta do contrato, constante dos autos e integrante do edital do Pregão Eletrônico nº 007/2026, foi examinada sob o prisma da legalidade e da conformidade com a Lei nº 14.133/2021.

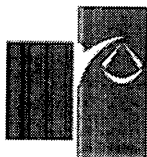
O artigo 92 da normativa estabelece em seus incisos as cláusulas que são necessárias nos contratos administrativos, senão vejamos:



Art. 92. São necessárias em todo contrato cláusulas que estabeleçam:

- I - o objeto e seus elementos característicos;
- II - a vinculação ao edital de licitação e à proposta do licitante vencedor ou ao ato que tiver autorizado a contratação direta e à respectiva proposta;
- III - a legislação aplicável à execução do contrato, inclusive quanto aos casos omissos;
- IV - o regime de execução ou a forma de fornecimento;
- V - o preço e as condições de pagamento, os critérios, a data-base e a periodicidade do reajustamento de preços e os critérios de atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento;
- VI - os critérios e a periodicidade da medição, quando for o caso, e o prazo para liquidação e para pagamento;
- VII - os prazos de início das etapas de execução, conclusão, entrega, observação e recebimento definitivo, quando for o caso;
- VIII - o crédito pelo qual correrá a despesa, com a indicação da classificação funcional programática e da categoria econômica;
- IX - a matriz de risco, quando for o caso;
- X - o prazo para resposta ao pedido de repactuação de preços, quando for o caso;
- XI - o prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, quando for o caso;
- XII - as garantias oferecidas para assegurar sua plena execução, quando exigidas, inclusive as que forem oferecidas pelo contratado no caso de antecipação de valores a título de pagamento;
- XIII - o prazo de garantia mínima do objeto, observados os prazos mínimos estabelecidos nesta Lei e nas normas técnicas aplicáveis, e as condições de manutenção e assistência técnica quando for o caso;
- XIV - os direitos e as responsabilidades das partes, as penalidades cabíveis e os valores das multas e suas bases de cálculo;
- XV - as condições de importação e a data e a taxa de câmbio para conversão, quando for o caso;
- XVI - a obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação, ou para a qualificação, na contratação direta;
- XVII - a obrigação de o contratado cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz;
- XVIII - o modelo de gestão do contrato, observados os requisitos definidos em regulamento;
- XIX - os casos de extinção.

[Handwritten signature]



Procuradoria
Geral do Município



CATAGUASES
PREFEITURA

Assim, a minuta do contrato encontra-se juridicamente adequada, atendendo aos princípios da legalidade, da segurança jurídica e da vinculação ao instrumento convocatório, estando apta a integrar o procedimento licitatório e a futura formalização do ajuste, caso adjudicado e homologado o certame.

Constata-se, ainda, que a minuta contratual mantém estrita coerência com o Estudo Técnico Preliminar e com o Termo de Referência, especialmente no que se refere às condições de fornecimento, prazos de entrega, validade mínima dos medicamentos, exigências sanitárias e critérios de faturamento.

Ressalte-se que a presente manifestação limita-se à análise da legalidade formal do procedimento e de seus instrumentos, não abrangendo aspectos de conveniência e oportunidade administrativa, definição de quantitativos, avaliação de preços ou escolhas técnicas, os quais são de responsabilidade dos setores demandantes e da autoridade competente.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ex positis, ao abrigo de tais razões, **OPINO** pela possibilidade jurídica de abertura do processo licitatório, desde que cumpridos os pontos recomendados acima.

Por derradeiro, cabe destacar que a manifestação aqui apresentada é de natureza opinativa e, portanto, não é vinculante para os gestores públicos, os quais poderão, de forma justificada, adotar orientação contrária ou diversa da ora exposta.

S.M.J., é o parecer desta Procuradoria.

Cataguases/MG, 29 (vinte e nove) de janeiro de 2026.

Maria Olívia Mattos Calais
MARIA OLÍVIA MATTOS CALAIS
Procuradora Jurídica do Município
OAB/MG 194.377

Patrícia de Souza Rezende Navarro de Moraes
PATRÍCIA DE S. R. NAVARRO DE MORAES
Procuradora Jurídica do Município
OAB/MG 155.599